

Apresentação

Fazer o comum nas sociabilidades modernas: controvérsias, demandas e reconhecimentos

The making of the common in modern sociabilities: controversies, demands and recognitions

JOSÉ RESENDE
BRUNO DIONÍSIO

Doentes em final de vida, educadores e professores indignados, crianças devoradas por hienas, abortos, expatriados, pessoas violentas...estes são alguns seres que povoam os nove textos deste dossiê. A eles se associam outras tantas figuras que enformam as socialidades modernas: cidades, hospitais, escolas, ruas, comunidades, parlamentos... Seres e figuras que são trazidos de etnografias confeccionadas em campos de diferentes latitudes: dos cuidados paliativos nos hospitais portugueses ao infanticídio no Quênia, da controvérsia sobre o aborto no México à turbulência da escola e do sistema educativo português e do argentino, dos cenários de violência

urbana ao clima inóspito de convivência nas grandes metrópoles europeias e sul-americanas... Latitudes que espelham também a diversa proveniência dos seus autores: cientistas sociais brasileiros, portugueses, argentinos, mexicanos, franceses, suíços.

O que têm em comum nove textos que convocam seres, figuras e etnografias aparentemente tão díspares entre si? As demandas por justiça, as lutas pelo reconhecimento e os plurais envolvimentos dos atores são três canais que irrigam, em boa medida, as abordagens aqui apresentados. Por isso, a aparelhagem conceitual sobre as gramáticas da justificação pública, do reconhecimento e dos regimes de envolvimento na ação, especialmente patrocinada pelos contributos de Luc Boltanski, Laurent Thévenot e Axel Honneth, estão bem presentes.

As virtudes do *estilo pragmático* são aqui exaltadas através de etnografias situadas que mostram aquilo que os atores são capazes de fazer quando mobilizam recursos cognitivos, discursivos, técnicos, relacionais e práticos para agir diante dos problemas que os interpelam, indignam, inquietam ou desassossegam. Essas etnografias, ao perscrutarem as capacidades em ação, não deixam de contribuir para *humanizar* a pesquisa e o cientista social. Quer dizer: através de um olhar progressivamente mais atento à minúcia do detalhe, à pesquisa feita a partir do *rés-do-chão*, é o próprio estatuto do ator e da ação que se reconfiguram, engrandecendo a pluralidade que do campo emerge, ainda que ela, por vezes, talvez fatigue o leitor que espera do cientista uma redução da complexidade da vida social, justamente pela via da redução da sua pluralidade.

De que tessituras é feito um problema público? Essa questão marca presença nos textos que constituem esse dossiê. Ela aponta para as operações de qualificação e de desqualificação (de pessoas, situações e problemas) que se *digladiam* sempre que estão em disputa distintas moralidades, ou sentidos de justiça em colisão.

O desassossego da ação pública plasma-se no trabalho de visibilização que ergue vozes indignadas, estrutura de ações coletivas, associa pessoas para compor uma causa. Porém, analisar esse investimento engrandecedor, por si só, não é suficiente. Ele deve vir acompanhado de uma análise que atente o trabalho de invisibilização, de diminuição e de desprezo (figura máxima do não reconhecimento). Assim, se as operações de (des)qualificação de um problema público se fazem nesse vai e vem, elas revelam a radical precariedade, transitoriedade e contingência que caracterizam o *fazer comum* nas socialidades modernas, com consequências na textura turbulenta das sociabilidades e dos laços que ora se robustecem, ora se deterioram, ora se estilhaçam nos interstícios dessas deslocções.

Se uma *antropologia capacitária* está bem patente nos investimentos que as pessoas fazem e nos recursos que mobilizam para fazer, um olhar atento às operações de desqualificação permite

descortinar as ações desqualificantes que são desencadeadas para diminuir o direito ao reconhecimento ou para enfraquecer a justiça de certas demandas públicas. Os textos aqui apresentados fornecem abundantes ilustrações dessa outra face do trabalho de confecção da vida em comum. Assim, por exemplo, determinadas concepções dos problemas da vida urbana (violência, criminalidade, insegurança, incivildade) são mobilizadas pelos atores para justificar o insulto moral, a suspensão da dignidade humana (universal), a violação do espaço íntimo ou do espaço privado. Suspender a *humanidade comum*, para justificar e engrandecer uma certa ordem pública, aniquila ou condiciona severamente as possibilidades de justiça e de reconhecimento a partir do momento em que ser humano é, em si mesmo, objeto de controvérsia.

A desqualificação atinge sua camada extrema quando as próprias instituições, em suas operações humilhantes, desmoralizam o problema moral, excluindo o *humano sem qualidades* da orla da *humanidade comum*, ou pelo menos o remetendo para uma fronteira opaca entre o humano e o inumano. O *moribundo*, o *bandido*, a *favela*, o *estrangeiro* ou o *estranho* são algumas figurações exemplares que alguns textos mobilizam e que, nas situações mais extremas de remissão ao desprezo por violência, humilhação ou exclusão, nos dão pistas para entender não apenas aquilo que atores são capazes de fazer para (se) engrandecerem, mas também aquilo que os atores são capazes de fazer para (se) diminuírem.

Assim, esse dossiê explora não apenas aquilo que os atores são capazes de fazer, mas também aquilo que os atores não são capazes de fazer. Alargando o escopo dessa forma, ele não se confina apenas às *virtudes do pragmatismo* no quadro de uma *antropologia capacitária*, estendendo o debate também aos seus limites e, sobretudo, às novas possibilidades que daí sobressaem. Estar atento aos que se encontram *desmunidos* para investir no espaço público e aos obstáculos *insanáveis* à capacidade de agir, requer olhar para os seres que são frágeis ou fragilizados, seja por fortes operações desqualificantes que encravam suas possibilidades de engajamento em demandas de reconhecimento de direitos, seja por terem sua voz diminuída em função de situações singulares de vulnerabilidade que ameaçam sua dignidade.

Ademais, se se subtrair da participação pública pode ocorrer quando as pessoas se sentem *insuficientes* ou condicionadas em sua capacidade de ação, a suspensão da participação também pode ocorrer quando a visibilidade é sentida como uma tirania. Assim, à inquietude e desassossego próprios da atividade pública se contrapõe um sentimento de opressão da presença em público que demanda quietude e resguardo, seja por cansaço, resignação ou por insuportabilidade da permanente exposição pública. Suspender a participação por fadiga do espaço público é, pois, um outro filão de pesquisa que toca tanto os seres vulneráveis quanto os

que se mobilizam em prol da *sua* luta e/ou que são mandatados para *empoderar* os invisíveis ou *incapacitados*, incluso os profissionais e seus sofrimentos nessas empreitadas.

Por fim, reconhecer o outro sem as exigências da ação pública (quer dizer: reconhecer o outro por via do espaço sensível da proximidade que suspende a ação pública) é um outro desafio maior que alarga os horizontes de possibilidades dos textos que dão forma a esse dossiê. É possível o reconhecimento e o trabalho *sobre* a dignidade a um nível proximal que não requeira permanentemente a gramática da justificação e da ação públicas? Esta é, pois, uma outra porta de entrada no tema do reconhecimento.

É destes mundos que se fazem os textos que compõem o dossiê. Mundos de um mundo inquietamente habitado. As controvérsias públicas que eles revisitam transportam-nos para a difícil arte de fazer o comum e, enfim, para a precária composição entre gramáticas e engajamentos que, em disputa, nos fazem entrar em cenários da vida que se deslocam num vai e vem entre o que nos é familiarmente inóspito ou confortável e entre o que nos é publicamente suportável ou insuportável.

José Resende

Sociólogo, Professor Associado com Agregação da Universidade Nova de Lisboa (UNL), membro integrado no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS-NOVA), membro colaborador do Observatório Permanente da Juventude do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da UL e membro integrante do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Uenf.

Bruno Dionísio

Pesquisador integrado do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH/NOVA), bolsista de pós-doutorado da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e professor convidado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa